

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.
Jaíba - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jaíba 3 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaíba 3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	939	920	Fornecedores	11	1.506	2.467
Clientes a receber	6	1.473	1.708	Financiamentos	12	2.666	2.349
Impostos a recuperar		32	140	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	148	139
Adiantamento a fornecedores		1	1	Obrigações tributárias		468	395
Estoques		6	-	Arrendamento	10	23	20
Despesas antecipadas		409	517	Ressarcimento	13	804	-
Total do ativo circulante		2.860	3.286	Outros passivos circulantes		11	27
				Total do passivo circulante		5.626	5.397
Cauções e depósitos vinculados	7	3.072	2.776	Financiamentos	12	103.646	106.281
Contas a receber de partes relacionadas	14	292	340	Arrendamento	10	2.435	2.352
Depósitos judiciais		-	107	Contas a pagar de partes relacionadas	14	5.328	3.178
Outros ativos não circulantes	8	1.750	1.317	Provisão para contingências	23	1.331	810
Total realizável a longo prazo		5.114	4.540	Provisão para desmobilização	15	2.421	2.260
				Total do passivo não circulante		115.161	114.881
Imobilizado	9	147.966	152.581	Patrimônio líquido	16		
Intangível	9	33	43	Capital social		61.727	61.727
Direito de uso	10	2.175	2.150	Prejuízos acumulados		(24.366)	(19.405)
Total do ativo não circulante		155.288	159.314	Total do patrimônio líquido		37.361	42.322
				Total do passivo e patrimônio líquido		158.148	162.600
Total do ativo		158.148	162.600				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita líquida	17	13.212	11.152
Custos de operação	18	<u>(9.361)</u>	<u>(10.611)</u>
Lucro bruto		<u>3.851</u>	<u>541</u>
Despesas gerais e administrativas	18	<u>(292)</u>	<u>(1.030)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>3.559</u>	<u>(489)</u>
Receitas financeiras	19	300	775
Despesas financeiras	19	<u>(8.336)</u>	<u>(8.095)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.036)</u>	<u>(7.320)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(4.477)</u>	<u>(7.809)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>(484)</u>	<u>(809)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.961)</u>	<u>(8.618)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(4.961)</u>	<u>(8.618)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(4.961)</u>	<u>(8.618)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u> <u>Subscrito e</u> <u>integralizado</u>	<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		61.727	(10.787)	50.940
Prejuízo do exercício		-	(8.618)	(8.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		61.727	(19.405)	42.322
Prejuízo do exercício		-	(4.961)	(4.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		61.727	(24.366)	37.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		(4.477)	(7.809)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	5.905	5.892
Prejuízo na venda de imobilizado	9	-	740
Juros sobre arrendamento	10	236	227
Juros de financiamentos	12	6.663	6.702
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	15	161	150
Ressarcimento	13	835	(31)
Suprimento de energia - não faturado	6	(29)	-
Provisão para contingências	23	521	441
Provisão de fornecedores	11	271	678
Amortização do direito de uso	10	82	77
		<u>10.168</u>	<u>7.067</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Cientes a receber	6	233	(185)
Adiantamento a fornecedores		-	48
Estoques		(6)	-
Impostos a recuperar		108	(53)
Despesas antecipadas		360	(191)
Depósitos judiciais		107	(97)
Outros ativos não circulantes	8	(433)	-
Fornecedores	11	(2.179)	(506)
Obrigações tributárias		73	5
Outros passivos circulantes	8	(16)	27
Partes relacionadas	14	2.198	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>10.613</u>	<u>6.115</u>
Pagamento de juros s/ financiamentos	12	(7.022)	(7.031)
Pagamento de IR e CS	20	(475)	(670)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>3.116</u>	<u>(1.586)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adição do ativo imobilizado	9	(585)	(1.716)
Venda do ativo imobilizado	9	-	7.166
Cauções e depósitos vinculados	7	(296)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		<u>(881)</u>	<u>5.450</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos	12	(1.959)	(1.109)
Captação de financiamentos	12	-	-
Partes relacionadas	14	-	(8.084)
Cauções e depósitos vinculados	7	-	312
Pagamento de arrendamento	10	(257)	(243)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(2.216)</u>	<u>(9.124)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>19</u>	<u>(5.260)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	920	6.180
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	939	920
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>19</u>	<u>(5.260)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jaíba 3 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em junho de 2018, com sede na Fazenda Marques, Gleba 03, Jaíba, no Estado de Minas Gerais. A controladora direta da Companhia é a Jaíba Solar Holding S.A. e a controladora final é a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

A Companhia tem como principal atividade a implantação e exploração de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cuja capacidade instalada atual é de 33 MW.

O registro na ANEEL se deu por meio da portaria nº 5437/2015, publicado no Diário Oficial em 01 de setembro de 2015, sendo que suas operações tiveram início em 31 de agosto de 2021. O prazo de duração da autorização é de 35 anos.

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data de início	Mês de reajuste
Jaíba 3	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 118,40	IPCA	20 anos	01/01/2023	Janeiro

O Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrado foi efetuado por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 08 de abril de 2025.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 21, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 9 - Imobilizado e intangível:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado.
- **Nota explicativa 10 - Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 13 - Ressarcimento:** principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.
- **Nota explicativa 15 - Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.766 (R\$ 2.111 negativo em 2023). A Companhia apresentou no exercício de 2024 um prejuízo no montante líquido de R\$ 4.961 (R\$ 8.618 de prejuízo líquido em 2023). Adicionalmente, se necessário, a controladora (ou controladoras) como acionista direta da Companhia, disponibilizará todos os recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Jaíba Solar Holding S.A., como acionista direta da Companhia e Nebras do Brazil Investments 1, controladora direta, juntamente com as demais acionistas, disponibilizarão todos recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros a curto prazo.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição e deduzido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao período de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 15. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,12% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 21.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

h. Reconhecimento de receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

i. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de financiamento incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Divulgação de Políticas Contábeis Definição de estimativas contábeis	01/01/2024 01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixas e bancos	939	920
	939	920

6 Clientes a receber

	2024	2023
Suprimento de energia	388	621
Suprimento de energia - não faturado (*)	1.085	1.056
Ressarcimento a receber (**)	-	31
	1.473	1.708

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$ 1.473 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.708 em 2023 ambiente de contratação livre).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

(**) Ressarcimento refere-se aos desvios positivos de geração, devido pelo comprador, apurados durante o ano e ressarcido do comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 17 e reconhecimento de receita.

7 Cauções e depósitos vinculados

	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil S/A	3.072	2.776
	<u>3.072</u>	<u>2.776</u>

Os depósitos vinculados no montante de R\$ 3.072 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.776 em 2023) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do financiamento captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota explicativa 12.

8 Outros ativos não circulantes

	2024	2023
Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A.	1.750	1.317
	<u>1.750</u>	<u>1.317</u>

Referem-se aos custos de subestação, rateados entre as empresas que fazem parte do consórcio, onde Jaíba 3 é a líder do consórcio. O consórcio tem como objetivo executar o empreendimento que consiste no desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais para fins de conexão. Em 31 de dezembro de 2024 o valor está no montante de R\$ 1.750 (R\$ 1.317 em 2023).

9 Imobilizado e intangível

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Composição do imobilizado e intangível

	2024			
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	9.835	-	9.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	11.475	(1.266)	10.209
Máquinas e equipamentos	4,91%	144.161	(18.025)	126.136
Móveis e utensílios	6,25%	68	(15)	53
Desmobilização	3,47%	1.947	(214)	1.733
Total do ativo imobilizado		167.486	(19.520)	147.9
Softwares	20,00%	48	(15)	33
Total do ativo intangível		48	(15)	33
Total do ativo imobilizado e intangível		167.534	(19.535)	147.999

	2023			
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	8.722	-	8.722
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	11.475	(859)	10.616
Máquinas e equipamentos	4,91%	143.994	(12.609)	131.385
Móveis e utensílios	6,25%	68	(10)	58
Desmobilização	3,47%	1.947	(147)	1.800
Total do ativo imobilizado		166.206	(13.625)	152.581
Softwares	20,00%	48	(5)	43
Total do ativo intangível		48	(5)	43
Total do ativo imobilizado e intangível		166.254	(13.630)	152.624

b. Movimentação do imobilizado e intangível

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição (iii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em construção	-	8.722	1.113	-	9.835
Usinas - imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	8.268	-	(316)	7.952
Máquinas e equipamentos	5,91%	112.044	165	(4.668)	107.541
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.179	-	(45)	1.134
Máquinas e equipamentos	4,45%	14.034	2	(552)	13.484
Móveis e utensílios	6,25%	51	-	(4)	47
Sistema de transmissão de conexão rede básica - imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.169	-	(46)	1.123
Máquinas e equipamentos	4,29%	5.307	-	(196)	5.111
Móveis e utensílios	6,25%	7	-	(1)	6
Desmobilização (ii)	3,47%	1.800	-	(67)	1.733
Total do ativo imobilizado		152.581	1.280	(5.895)	147.966
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço					
Softwares	20%	43	-	(10)	33
Total do ativo intangível		43	-	(10)	33
Total do ativo imobilizado e intangível		152.624	1.280	(5.905)	147.999

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição (iii)	Baixa	Transferências entre as SPEs (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em construção	-	8.997	1.724	(682)	(1.317)	-	8.722
Usinas - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	8.584	-	-	-	(316)	8.268
Máquinas e equipamentos	5,91%	127.075	702	(1.210)	(9.872)	(4.651)	112.044
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.224	-	-	-	(45)	1.179
Máquinas e equipamentos	4,45%	14.586	-	-	-	(552)	14.034
Móveis e utensílios	6,25%	55	-	-	-	(4)	51
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.214	-	-	-	(45)	1.169
Máquinas e equipamentos	4,36%	5.512	-	-	-	(205)	5.307
Móveis e utensílios	6,25%	8	-	-	-	(1)	7
Desmobilização (ii)	3,47%	1.868	-	-	-	(68)	1.800
Total do ativo imobilizado		169.123	2.426	(1.892)	(11.189)	(5.887)	152.581
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço							
Softwares	20%	-	48	-	-	(5)	43
Total do ativo intangível		-	48	-	-	(5)	43
Total do ativo imobilizado e intangível		169.123	2.474	(1.892)	(11.189)	(5.892)	152.624

(i) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção entre SPEs do mesmo complexo. (nota explicativa 14).

(ii) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,12% e 3,47% de taxa de depreciação.

Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da Companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.

(iii) O valor de adição e baixa de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota explicativa 22 no montante de R\$ 695. (R\$ 76 em 2023)

10 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2). Sendo o principal ativo reconhecido refere-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia. Veja abaixo:

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	2.595	(420)	2.175
		2.595	(420)	2.175
Total direito de uso		2.595	(420)	2.175

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	2.486	(336)	2.150
		2.486	(336)	2.150
Total direito de uso		2.486	(336)	2.150

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	2.150	107	(82)	2.175
Total do ativo	2.150	107	(82)	2.175

	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	2.101	126	(77)	2.150
Total do ativo	2.101	126	(77)	2.150

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	6.571	297	(257)	-	6.611
(-) Ajuste a valor presente	(4.199)	(190)	-	236	(4.153)
Total	2.372	107	(257)	236	2.458

Circulante	20				23
Não circulante	2.352				2.435
Total	2.372				2.458

	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	6.452	362	(243)	-	6.571
(-) Ajuste a valor presente	(4.190)	(236)	-	227	(4.199)
Total	2.262	126	(243)	227	2.372

Circulante	17				20
Não circulante	2.245				2.352
Total	2.262				2.372

A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a., conforme a nota explicativa 3.1, a remensuração no ano de 2024 foi de 4,53% a.a. (5,66% a.a. em 2023).

11 Fornecedores

	2024	2023
Materiais e serviços	1.469	2.463
Mercado de curto prazo - CCEE	<u>37</u>	<u>4</u>
	<u>1.506</u>	<u>2.467</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e serviços e materiais para manutenção dos parques. O principal fornecedor da Companhia refere-se a Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas (R\$ 667). A provisão de materiais e serviços relacionada ao ano de 2024 foi no montante de (R\$ 271).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias, no montante de R\$ 27, que serão liquidados conforme termos contratuais.

12 Financiamentos

a. Composição dos financiamentos:

	31/12/2024					31/12/2023				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	468	17.910	2.198	85.736	106.312	412	18.325	1.937	87.956	109.630
Total de dívidas	468	17.910	2.198	85.736	106.312	412	18.325	1.937	87.956	109.630

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de fevereiro de 2042. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos financiamentos:

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante					
Financiamentos					
Principal	1.937	(1.959)	-	2.220	2.198
Juros	412	(7.022)	6.663	415	468
	2.349	(8.981)	6.663	2.635	2.666
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	87.956	-	-	(2.220)	85.736
Juros	18.325	-	-	(415)	17.910
	106.281	-	-	(2.635)	103.646

Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante					
Financiamentos					
Principal	1.119	(1.109)	-	1.927	1.937
Juros	<u>5.741</u>	<u>(7.031)</u>	<u>-</u>	<u>1.702</u>	<u>412</u>
	<u>6.860</u>	<u>(8.140)</u>	<u>-</u>	<u>3.629</u>	<u>2.349</u>
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	89.883	-	-	(1.927)	87.956
Juros	<u>13.325</u>	<u>-</u>	<u>6.702</u>	<u>(1.702)</u>	<u>18.325</u>
	<u>103.208</u>	<u>-</u>	<u>6.702</u>	<u>(3.629)</u>	<u>106.281</u>

O montante de R\$ 6.663 de juros provisionados foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2026	2.517
2027	2.859
2028	3.201
2029	3.515
2030 a 2042	<u>91.554</u>
Total	<u>103.646</u>

Obrigações Contratuais - Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fianças bancárias;
- Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;
- Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa 9);
- Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;
- Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de financiamentos não possui cláusulas restritivas (“*covenants*”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

13 Ressarcimento

	2024	2023
Ressarcimento	804	-
Total	804	-

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 17 e reconhecimento de receita.

14 Partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, oriundas principalmente de compartilhamento de gastos entre as SPEs.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

	2024	2023
Jaíba Solar Holding (a)	292	340
Total	292	340

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Referem-se substancialmente, ao compartilhamento de gastos liquidados integralmente por uma Companhia e que são repassadas por rateio as demais. São gastos com serviços de terceiros com efeito no resultado.

(ii) Contas a pagar de partes relacionadas

	2024	2023
Jaíba 4 Energias Renováveis (b)	3.645	1.616
Jaíba 9 Energias Renováveis (b)	1.682	1.560
Outros	1	2
Total	5.328	3.178

- (b) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia e que são repassados pela credora. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, sem efeito no resultado. Adicionalmente não tivemos outras transações de partes relacionadas com efeito no resultado.

(iii) Remuneração da Administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil Investments 1 Ltda. é paga pela Nebras Power Latin America Ltda. e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

15 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2050.

No ano exercício de 2022, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 13.360, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,12% reconheceram o valor presente de R\$ 1.947 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaicos (Nota explicativa 10).

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.110
Ajuste a valor presente	150
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.260
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.260
Ajuste a valor presente	161
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.421

16 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 61.727 (R\$ 61.727 em 31 de dezembro de 2023), representado por 61.727.436 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Jaíba Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações. No exercício de 2024, não houve aumento de capital (R\$ 0 em 2023).

17 Receitas operacionais

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	11.920	11.466
Ressarcimento - suprimento de energia elétrica	(13)	(65)
Energia de curto prazo	1.749	174
Receita operacional bruta	13.656	11.575
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(499)	(423)
Total de deduções da receita operacional	(499)	(423)
Doação	55	-
Receita operacional líquida	13.212	11.152

18 Custos e despesa por natureza

	2024			2023		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(1.136)	-	(1.136)	(44)	-	(44)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.062)	-	(2.062)	(2.354)	-	(2.354)
Materiais	(59)	-	(59)	(196)	-	(196)
Serviços de terceiros	(28)	(104)	(132)	(1.259)	(758)	(2.017)
Depreciação	(5.895)	-	(5.895)	(5.886)	-	(5.886)
Amortização	(92)	-	(92)	(86)	-	(86)
Seguros	(87)	-	(87)	(1.153)	-	(1.153)
Aluguéis e arrendamentos	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
Provisão para contingências	-	-	-	369	-	369
Outras	-	(188)	(188)	-	(272)	(272)
Total	(9.361)	(292)	(9.653)	(10.611)	(1.030)	(11.641)

19 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	300	775
Receitas financeiras total	300	775
Despesas financeiras		
Financiamentos	(6.663)	(6.702)
Ajuste a valor presente (arrendamento)	(236)	(227)
Ajuste a valor presente (desmobilização)	(161)	(150)
Comissão e fiança bancária	(1.274)	(1.012)
Outras despesas financeiras	(2)	(4)
Despesas financeiras total	(8.336)	(8.095)
Total resultado financeiro	(8.036)	(7.320)

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 484 (R\$ 809 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	13.656	13.656
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.092	1.639
Demais receitas	300	300
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	313	171
Alíquota efetiva	2,24%	1,22%

	31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	11.575	11.575
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	926	1.389
Demais receitas	775	775
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	545	264
Alíquota efetiva	3,25%	1,58%

Durante o exercício de 2024 foi pago R\$ 475 (R\$ 670 em 2023).

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>31/12/2024</u>				<u>31/12/2023</u>			
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Cações e depósitos vinculados	7	-	3.072	Nível 2	-	2.776	Nível 2	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e bancos	5	939	-		920	-		
Contas a receber de partes relacionadas	14	292	-		340	-		
Clientes a receber	6	1.473	-		1.708	-		
Outros ativos não circulantes	8	1.750	-		1.317	-		

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	Nota	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores	11	1.506	2.467
Financiamentos (a)	12	106.312	108.630
Arrendamento	10	2.458	2.372
Contas a pagar de partes relacionadas	14	5.328	3.178
Outros passivos circulantes		11	27

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Cauções e depósitos vinculados	7	3.072	3.072	2.776	2.776	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	5	939	939	920	920	
Contas a receber de partes relacionadas	14	292	292	340	340	
Clientes a receber	6	1.473	1.473	1.708	1.708	
Outros ativos não circulantes	8	1.750	1.750	1.317	1.317	
		31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Fornecedores	11	1.506	1.506	2.467	2.467	
Financiamentos (a)	12	106.312	106.312	108.630	108.630	
Arrendamento	10	2.458	2.458	2.372	2.372	
Contas a pagar de partes relacionadas	14	5.328	5.328	3.178	3.178	
Outros passivos circulantes		11	11	27	27	

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Como resultado desta análise, foram identificadas apenas aplicações financeiras classificadas em Cauções e depósitos vinculados enquadradas no Nível 2, em que o valor contábil equivale ao seu valor justo. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que todos esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da Companhia.

Variações das taxas índices		31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
<i>Risco de aumento das taxas de índices</i>					
IPCA		4,83%	5,08%	6,35%	7,62%
CDI		10,88%	15,00%	18,75%	22,50%
Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	106.312	5.401	6.751	8.101
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	3.072	461	576	691

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Relatório Boletim Focus

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2023	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.467	2.467	2.467	-	-	-
Arrendamento	2.372	6.554	243	243	729	5.339
Financiamentos	108.630	131.464	4.020	9.017	16.357	102.070
Contas a pagar de partes relacionadas	3.178	3.178	3.178	-	-	-
Outros passivos circulantes	27	27	27	-	-	-
Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2024	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.506	1.506	1.506	-	-	-
Arrendamento	2.458	6.609	257	257	771	5.324
Financiamentos	106.312	128.122	4.322	9.851	17.594	96.355
Contas a pagar de partes relacionadas	5.328	5.328	-	5.328	-	-
Outros passivos circulantes	11	11	11	-	-	-

22 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício (notas explicativas 9 e 11)	695	76
Despesas antecipadas (a)	252	-
Outros ativos não circulantes (nota explicativa 8)	-	(1.317)
Partes relacionadas (nota explicativa 14)	-	(3.176)
	<u>947</u>	<u>(4.417)</u>

- (a) Pagamentos da apólice de seguro previstos para ocorrerem a partir do exercício de 2025, portanto não houve efeito caixa e a contrapartida foi realizada como provisão no passivo circulante.

23 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contingências passivas trabalhistas com avaliação de risco de perda provável no montante de R\$ 781 (R\$ 810 em 31 de dezembro de 2023) sendo a mesma provisionada 100% neste exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contingência passiva civil com avaliação de risco de perda provável, contra a BMG Tozzi, no montante de R\$ 550 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) sendo a mesma provisionada 100% neste exercício.

Risco possível

Processo Real Estate

A Companhia possui contingências passivas de Real Estate com avaliação de risco de perda possível no montante de (R\$ 887).

Processo Trabalhista

A Companhia possui contingências passivas trabalhistas com avaliação de risco de perda possível no montante de (R\$ 441).